



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 15 DE  
4 DEZEMBRO DE 2023, PRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA  
5 OUVIDORIA AGRÁRIA.

6 Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2023, às 9:00h, deu-se início  
7 a 10ª Reunião Ordinária de 2023, dos membros da Comissão Permanente  
8 de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
9 Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da Ouvidoria  
10 Agrária do TJPA. Participaram da reunião: Des. Mairton Marques  
11 Carneiro, Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de  
12 Monitoramento, Estudo, Assessoramento das Questões Ligadas à  
13 Grilagem – CPMEAQLG; Dr. Manuel Carlos de Jesus Maria, juiz titular da  
14 Vara Agrária de Santarém; Francisco Vécio de Araújo (ouvinte – SIGEO);  
15 Carlos Eduardo Barroso Bordalo, representante da Assembleia  
16 Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); Dr. Amarildo José Mazzutti, juiz  
17 titular da Vara Agrária de Marabá; Dr. Antônio Fernando de Carvalho Vilar,  
18 juiz titular da Vara Agrária de Altamira; Ibraim José das Mercês Rocha,  
19 representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Dr. Juiz André  
20 Filo-Creão, juiz titular da Vara Agrária de Castanhal; Rodrigo Cerqueira  
21 de Miranda, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE);  
22 Girolamo Domenico Treccani, representante da Federação dos  
23 Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI); Eliana França dos  
24 Santos Zacca, representante da Federação da Agricultura e Pecuária no  
25 Pará (FAEPA); Antônio Alberto da Costa Pimentel, representante da  
26 Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). A  
27 reunião foi gravada em áudio e vídeo, com degravação realizada  
28 posteriormente. **PAUTA:** 1. Aprovação da ata de reunião realizada no dia  
29 17 de novembro de 2023; 2. Informes: 2.1 Conclusão do curso de





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

30 preparação de mediadores para atuar em mediação de os conflitos  
31 coletivos fundiários; 2.2. Promoção do Natal Solidário no Bairro do  
32 Barreiro, realizada no dia 07 de dezembro de 2023; 2.3. Lançamento da  
33 Revista da Ouvidoria Agrária, realizado no dia 11 de dezembro de 2023;  
34 3. Resposta ao ofício nº 128/2023/ALEPA, encaminhado a CPMEAQLG  
35 pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor – ALEPA,  
36 que trata do conflito fundiário entre a Comunidade Portelinha, localizada  
37 no Município de Castanhal/PA e Construtora e Incorporadora SPE Ltda;  
38 4. Resposta ao Ofício nº 785/2023 – GAB/SEIRDH, encaminhado à  
39 CPMEALQG pela Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos,  
40 que trata da ocupação das Fazendas Santa Maria e Três Marias, em  
41 Parauapebas/PA; 5. Pedido de providências encaminhado à CPMEAQLG  
42 pelo Juízo da Vara Agraria de Altamira, formulado no Termo de Audiência  
43 – ID 104750261, solicitando gestão junto ao INCRA acerca das  
44 determinações referentes ao proc. nº 0802983-88.2022.8.14.0005 (Ação  
45 de Interdito Proibitório); 6. O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: Bom,  
46 declaro aberta a presente reunião. Vamos lá. Declaro aberta a presente  
47 reunião, mas como nós não temos quórum ainda, vamos aguardar a  
48 chegada do quórum durante 15 minutos, que é o nosso regimento. E,  
49 após o quórum completado, iniciaremos. Há número legal. **ITEM 01.**  
50 Vamos dar início à nossa sessão, no dia de hoje, esta Reunião Ordinária,  
51 dia 17, nós temos que submeter à aprovação a Ata do dia 17 de novembro  
52 de 2023. No silêncio, ela está aprovada. Tendo em vista que a Ata,  
53 inclusive, foi encaminhada a todos os componentes da nossa comissão.  
54 **ITEM 02.** Segundo item: alguns informes. Conclusão do Curso de  
55 Preparação de Mediação para atuar em... de mediadores para atuar em  
56 mediação de conflitos coletivos fundiários. Daqui mais alguns instantes  
57 eu também terei uma reunião com os componentes desta comissão para  
58 nós tratarmos internamente de alguns assuntos, entre os quais eu queria  
59 informar que eu estou pedindo a parceria [falas sobrepostas] Faepa, estou





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

60 pedindo a parceria da Assembleia Legislativa, estou pedindo a parceria  
61 de quem quiser nos ajudar, né? Eu já tenho algumas pessoas que já me  
62 indicaram, mas no momento, até então, para que eu queria uma  
63 assistente social, um engenheiro civil e mais um agrimensor para ajudar-  
64 nos aqui, que nós não temos no quadro do Tribunal. Então nós vamos  
65 fazer parcerias com essas entidades para que o curso, as nossas visitas,  
66 né, conforme o curso, que foi muito bem aquinhoado, nós tivemos duas  
67 professoras maravilhosas da Universidade Federal do Pará, né, que deu  
68 o curso... Por quantos dias? Uma semana, não foi? Uma semana. Nós  
69 tivemos 51 alunos, dentre eles muita gente do Ministério Público, da  
70 Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar, ou seja, todos os  
71 ingredientes encaminhados, da Assembleia Legislativa, dos Direitos  
72 Humanos, ou seja, nós aquinhoamos todas essas pessoas que irão  
73 conosco trabalhar em prol de um Pará melhor, né? E o curso foi do dia  
74 27 ao 1º... foi de 27 de novembro ao 1º de dezembro, foi em parceria com  
75 a Escola Judicial; o total, como disse, foi 51. O curso foi muito elogiado  
76 pelos alunos, inclusive, até por mim, né? Menção honrosa desta  
77 comissão participaram a Dra. Ione Nakamura, representante do Ministério  
78 Público, e o Dr. Antônio Alberto Pimentel, representante da Sociedade  
79 Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; esses dois participaram  
80 ativamente deste nosso. Também nós promovemos aqui, através da  
81 nossa comissão e da Ouvidoria, o Natal Solidário no bairro do Barreiro,  
82 no dia 7 de Dezembro de 2023. E aqui eu queria fazer um esclarecimento  
83 aos senhores. Essa ação social que nós oferecemos aqui, aos moradores  
84 da Comunidade Missionária São João Bosco, assistido na Capela de São  
85 Domingos Sávio, localizado no Barreiro, houve a entrega de cestas  
86 básicas, brinquedos e emissão de RGs. E confesso aos senhores, eu  
87 estive presente, e me condói com a situação de lá, dessas pessoas que  
88 lá convivem. Sinceramente, o nosso poder público está devendo àquelas  
89 pessoas dali. Olha, essa ação social que nós fizemos lá, só para vocês





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

90 terem uma ideia, eu levei uma viatura da Polícia Militar lá, para dar a  
91 segurança à gente e tal, mas o cônego lá, chegou comigo e disse: “Doutor,  
92 por favor, retire a viatura daqui, porque se não vai aparecer ninguém”. É  
93 verdade. Eu digo: “Não, então tira. Não tenho porquê ficar com a viatura  
94 lá. Tira”. Mas depois que nós tiramos a viatura, é muita gente, mas muita  
95 gente compareceu. Se não me falha a memória, 76 crianças, né? E  
96 quantos adultos? Cento e quarenta e pouco, né? SR. LAÉRCIO DOS  
97 SANTOS ROSA JUNIOR: No total, foram 146. DES. PRESIDENTE: Olha  
98 aí. Então veja bem, lá também nós fizemos, além das cestas básicas, nós  
99 oferecemos também suco, oferecemos cachorro-quentes. E,  
100 sinceramente, as pessoas que lá estavam... Teve também uma princesa,  
101 tinha lá. DES. PRESIDENTE: O Papai Noel. DES. PRESIDENTE: O  
102 Papai Noel, né? Teve um pula-pula lá. Foi uma coisa maravilhosa. Que  
103 assim, a comunidade gostou depois da polícia ter saído. E o que eu achei  
104 interessante é que me disseram, e eu constatei, é verdade, cada casa ali,  
105 uma, duas, três tem uma boca de fumo, né? E às vezes crianças  
106 vendendo aquela situação. Eu digo mais, o poder público está...  
107 realmente ele está a desejar. Viu, deputado Bordalo? Isso eu observei ali,  
108 é casas caindo... A própria igreja, essa igreja que nós estivemos lá, ela...  
109 realmente a Capela São Domingos Sávio, ela não é própria, já estão há  
110 um ano lá, o proprietário quer vender para própria igreja, mas a igreja não  
111 tem condições de custear o valor, né? E eles fazem um trabalho muito  
112 bonito ali, mas muito bonito mesmo. Que, sinceramente, eu fiquei  
113 impressionado com o trabalho que eles realizam; e aborrecido com o  
114 poder público, que o poder público não dá a mínima condição... de  
115 condições que a gente possa dizer... E nós estamos vivendo um trabalho  
116 natalino, não é? E essa ação, sinceramente, eu fiquei bastante... Não sei  
117 nem o que dizer, sinceramente, porque o que eu observei ali é uma  
118 situação que eu fico... Não sei nem o que fazer, falar. Sinceramente, não  
119 sei o que falar. Irei fazer um ofício, viu? E aqui eu peço que os senhores





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

120 me ajudem nisso, ou seja, eu vou colocar em votação, ao governador do  
121 estado e ao prefeito de Belém para que dê a atenção devida àquela... não  
122 só àquela comunidade, mas o bairro do Barreiro de um modo geral,  
123 porque o que se observa ali é uma prostituição tremenda, é uma coisa  
124 que efetivamente não é do ser humano. E vocês sabem muito bem que  
125 mexeu com o ser humano, mexe comigo, viu, Dr. André? E olha,  
126 sinceramente, eu fico arrasado, viu, deputado Bordalo? Viu, senhores  
127 juízes. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento  
128 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pode sim, pode. Fique à  
129 vontade. Vamos pegar o microfone. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
130 BORDALO: Doutor, ficou muito alegre de constatar a vossa sensibilidade  
131 social. E é um projeto que onde ele se instalou, ele tem significado uma  
132 redenção espetacular destes territórios, que antes eram profundamente  
133 capturados por organizações criminosas e assim por diante, que é a Usina  
134 da Paz. Para você ter uma ideia, nos bairros e territórios onde a Usina já  
135 está funcionando, reduziu-se em 87% o número de eventos criminosos.  
136 Então eu sugeriria, no seu expediente a ser enviado, que indique uma  
137 sugestão de instalação de uma Usina da Paz na área do Barreiro, porque  
138 eu conheço um pouco aquela área que articula com Val-de-Cães, ali com  
139 parte do Telégrafo. E as usinas estão hoje... se o senhor pega, elas estão  
140 super concentradas no Distrito D'Água, ela tem uma Usina no Jurunas,  
141 ela tem uma usina no Guamá e assim por diante. Lá para a segunda  
142 [ininteligível] já tem Cabanagem, que até o nome é Padre Bruno do Sechi,  
143 que eu denominei, tem no Benguí. Mas para esse lado inteiro aqui, do  
144 chamado Dasaki(F)... DES. PRESIDENTE: Que pega a Vila da Barca,  
145 também ali. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É. Que é um  
146 distrito imenso que tem áreas problemáticas, como Vila da Barca,  
147 Barreiro, não tem nenhuma Usina da Paz. Então eu sugeriria que Vossa  
148 Excelência indicasse uma sugestão de instalar uma Usina da Paz nessa  
149 área. Muito obrigado, doutor. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Alguém





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

150 encampa a sugestão? Eu já encampo de natureza, sinceramente, já  
151 encampo de natureza. Então vamos oficializar ao governador do estado e ao  
152 prefeito de Belém. Principalmente, olha, o lixo ali impera, o lixo impera.  
153 Olha, eu fiquei abismado com o que observei ali. Sinceramente, é uma  
154 coisa que... Mas, então, vamos passar para o outro item aqui, que nós  
155 tivemos... vocês acabaram de receber aí, nós fizemos o lançamento de  
156 uma revista da Ouvidoria no dia 11 de dezembro, aqui, na Ouvidoria.  
157 Todos foram convidados, mas, infelizmente, nós não tivemos muita gente  
158 que compareceu aqui, no lançamento. E hoje vocês estão recebendo o  
159 nosso... o exemplar. Nós estamos também com esse exemplar no online,  
160 não é isso? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Na página da  
161 Ouvidoria. DES. PRESIDENTE: Na página da Ouvidoria, está online para  
162 o mundo. E nós completamos 20 anos de Ouvidoria, e o presente nosso  
163 foi esta revista, primeira revista da Ouvidoria. Acredito que as pessoas  
164 que já a leram, adoraram. Vai ser uma tiragem semestral. Então eu já,  
165 desde logo, já solicito aos componentes da atual comissão que, se  
166 desejarem, encaminhe qualquer tipo de jurídico para cá, que nós iremos  
167 fazer aquele compêndio todo para ser publicado. Nós temos com os juízes  
168 agrários, nós temos com doutor, nosso professor da Universidade Federal  
169 do Pará, né, nós temos diversas pessoas fazendo, temos entrevista  
170 também. Sugiram também, se quiserem entrevistar alguém, nós podemos  
171 fazê-lo; não em um grande número, mas logicamente, na medida do  
172 possível, vamos fazendo. Está certo? Acho, a presidente do Tribunal  
173 gostou muito, ela veio, participou aqui do lançamento. Então os senhores  
174 estão recebendo aí. Qualquer crítica, não tem problema, não. Nós  
175 estamos aqui ao inteiro dispor para receber a crítica; também crítica  
176 construtiva, se tiver. Fiquem à vontade. **ITEM 03.** Nós temos o terceiro  
177 item a resposta encaminhado pela Alepa, pelo deputado Bordalo, né,  
178 trata-se de um ofício que trata daquela Comunidade Portelinha, localizada  
179 no município de Castanhal, né, e a Construtora Incorporadora e SPE Ltda.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

180 Eu, nesse momento, eu passo a palavra aqui, ao Dr. André, né, que está  
181 com a resposta que foi encaminhada a ele, por enquanto, porque não  
182 tinha ainda chegado nas mãos da juíza que efetivamente tomou... Ela está  
183 de folga de plantão, mas, mesmo assim, nos atendeu no dia de hoje,  
184 inclusive já respondeu, né, Dr. André? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
185 GARCIA DA FONSECA: Não, desembargador, é só para lhe pedir, se o  
186 senhor autorizar, que nós avancemos um pouco na pauta que a doutora  
187 está, neste momento, prestando as informações. Então, logo ela preste  
188 as informações, eu encaminho ao senhor para o senhor prestar aos  
189 nossos integrantes da comissão. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Além  
190 disso, eu quero informar às pessoas da Comissão que foram adotadas as  
191 seguintes providências: no dia 21/11/2023 foi encaminhada à Comissão  
192 de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social do TJ/PA,  
193 em resposta, o presidente daquela comissão considerou, diante de suas  
194 atribuições, que este caso não deve ser encaminhado... SR. LAÉRCIO  
195 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Deve ser. DES. PRESIDENTE: Deve ser  
196 encaminhado para a Comissão de Soluções Fundiárias do Poder  
197 Judiciário do Estado do Pará. Daí a minha preocupação que nós temos  
198 que, para o ano, para o ano, agora sim, para o ano, nós temos que dar a  
199 resposta para a sociedade de uma forma geral em relação à nossa  
200 comissão. Tá? Por isso que eu estou organizando tudo, querendo  
201 parceria das pessoas, já estou devidamente autorizado pela presidente  
202 do Tribunal, para nós fazermos um convênio com a Assembleia  
203 Legislativa, com qualquer entidade possível, imaginária, para nós termos  
204 aqui, cedermos os funcionários especificamente, né, e para nós darmos  
205 o andamento mais célere possível. Dia 22 também foi encaminhado ofício  
206 a todos os membros desta comissão para conhecimento e providências  
207 em relação ao que o Dr. Bordalo requereu, né? No dia 23/11 foi  
208 encaminhado expediente à 1ª Vara Cível e Empresarial, que nós estamos  
209 aguardando a resposta da doutora agora. Daqui a pouco a gente retorna. *f.*





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

210 Daqui a pouco a gente retorna para falar sobre esse assunto, e vai ficar  
211 com a palavra o deputado Bordalo. **ITEM 04.** Aqui nós temos também a  
212 resposta, que foi encaminhada para a nossa comissão, pela Secretaria  
213 de Igualdade Racial e Direitos Humanos, que trata da ocupação das  
214 fazendas Santa Maria e Três Marias, em Parauapebas. Trata-se de  
215 expediente encaminhado por essa comissão pelo Dr. Jarbas  
216 Vasconcelos, secretário de estado de Igualdade Racial e Direitos  
217 Humanos, no dia 20 de novembro 2023, informando sobre o suposto  
218 bloqueio da PA-160 pela Polícia Militar, e solicitando atenção e  
219 cumprimento das normas e recomendações do CNJ acerca da Resolução  
220 10 da Comissão Nacional de Direitos Humanos e Normas Correlatas. No  
221 dia 12 de dezembro, em resposta ao pedido de informações que foi  
222 encaminhado por essa comissão, o comandante geral informou, nos  
223 termos do ofício tal, que, em face do eminente risco de conflito entre as  
224 partes, fazendeiros e ocupantes, a Polícia Militar do Estado do Pará se  
225 fez presente no local onde, até a presente data, vem realizando  
226 policiamento ostensivo e barreiras de fiscalização na entrada do Rio  
227 Novo, próximo ao local. Ademais, ele ainda continua informando que o  
228 único contato com um grupo de trabalhadores rurais que ocuparam a  
229 referida área foi realizado pela Polícia Civil, através da Delegacia de  
230 Conflitos Agrários (Deca), com o apoio de guarnições da Polícia Militar,  
231 sendo que esta última não adentrou na ocupação. E o Dr. Jorge  
232 Vasconcelos não veio aqui, mas está seu representante aqui, o doutor...  
233 O senhor quer sugerir alguma coisa? Mais alguma providência? SR.  
234 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Renato. DES. PRESIDENTE:  
235 Sim, o Dr. Ibrahim(F). SR. IBRAHIM(F): Não, eu só queria registrar que  
236 a secretaria, na verdade, ela atuou nesse caso internamente, né, junto  
237 com os órgãos da corporação, justamente porque é uma situação  
238 justamente conflituosa, mas parece ter baixado um pouco a pressão.  
239 Inclusive, acho que o Dr. Filo-Creão ajudou bastante aí, nesse processo,





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

240 né? Então a gente fez mais esse trabalho interno. Essa foi a preocupação.  
241 E aí, claro, a Ouvidoria, tem uma autoridade moral que nos ajuda, porque,  
242 apesar de sermos todos do governo, temos que ter autocontrole uns sobre  
243 os outros, porque há composições políticas que foi, muitas vezes, nesse  
244 passado, apesar de, no caso da Polícia Militar, e esse é um problema  
245 sério, mas aí não é só do Pará, que é o processo de militarização da  
246 Polícia Militar, ele, muitas vezes, leva a alguns excessos e aí a gente tem  
247 que estar sempre dando esse alerta, enfim. Então foi mais nesse sentido  
248 a ação da secretaria. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Mas nós vamos  
249 ficar só nisso ou...? O Dr. Mazutti, tem alguma coisa sobre esse assunto?  
250 Pois não, Dr. Mazutti? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Bom dia,  
251 desembargador. Alô? Bom dia, desembargador. Bom dia, membros da  
252 Comissão. Em relação a essa situação, inclusive esse ofício, eu tive  
253 acesso, né, a esse ofício do Dr. Jarbas, né? Essa situação de  
254 Parauapebas, que está na minha região agrária, foi uma tentativa de  
255 ocupação de uma área, de uma fazenda, são três fazendas: Santa  
256 Maria... Eu não recordo agora o nome das outras duas. DES.  
257 PRESIDENTE: [ininteligível] e Três Marias, só são duas. SR. AMARILDO  
258 JOSÉ MAZUTTI: É. É Três Marias. Bom, a situação que aconteceu aí foi  
259 o seguinte: tentaram ocupar a área, né, essa área, e aí a Polícia Civil, até  
260 o delegado Mororó, ele fez até um excelente trabalho, ao meu ver, foram  
261 a Deca, ele é o representante da Deca lá da região de Marabá, foram ao  
262 local e conversou com os ocupantes. Isso, inclusive, recebeu a Comissão  
263 de Direitos Humanos. Isso está certificado. Inclusive o delegado Mororó  
264 prestou depoimento em uma audiência que eu marquei em Parauapebas,  
265 que foi... o proprietário pediu interdito proibitório. Eu, como sempre tenho  
266 essa cautela, eu marquei a audiência, e na audiência nós ouvimos as...  
267 ouvi o delegado da Deca, né? E, inclusive, advogados do MST  
268 participaram, a audiência pública lá no fórum de Parauapebas. E lá nós  
269 constatamos isso, inclusive que o delegado recebeu a Comissão de





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

270 Direitos Humanos da OAB, foram lá com ele, tal, conversaram com os  
271 ocupantes e eles se retiraram pacificamente, pacificamente da área. Se  
272 retiraram pacificamente da área e ficaram a 5 quilômetros do local aonde  
273 que eles estavam tentando ocupar. Ficaram alojados em uma outra  
274 fazenda, né, uma fazenda distante. Então, na verdade, pelo que a gente  
275 pôde apurar, inclusive, está no processo de interdito proibitório, na  
276 audiência de justificação, que não houve assim, não houve... foi pacífico,  
277 não houve agressão; como também não houve, por parte dos ocupantes,  
278 nenhuma forma de dilapidação da propriedade. Simplesmente o que se  
279 apurou foi que cortaram a cerca, ocuparam um pouco de madeira que  
280 encontraram para fazer umas habitações bem precárias, né? Mas isso já  
281 foi desmontado logo. Então não teve muito prejuízo, não teve incidentes  
282 graves, né? Então, essa preocupação do direitos humanos, inclusive a  
283 comissão foi lá com o delegado, participou ativamente, e eles saíram  
284 voluntariamente e ficaram acampados aí, a 5 quilômetros do local. Ande  
285 que, infelizmente, na última semana, né, ocorreu um sinistro lá, que levou  
286 a óbito acho que nove pessoas. Mas isso foi fora da fazenda. Mas todas  
287 essas regras, todas essas situações estão no processo de interdito  
288 proibitório, né? Está tudo filmado, foram ouvidas até, inclusive,  
289 representante de direitos humanos, tá? E isso aí. DES. PRESIDENTE:  
290 Está tudo ok? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Tudo ok. DES.  
291 PRESIDENTE: A comissão está satisfeita, não é isso? SR. LAÉRCIO  
292 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Eliana pede a palavra, excelência.  
293 DES. PRESIDENTE: Pois não, Dra. Eliana? SRA. ELIANA: Bom dia,  
294 desembargador. Bom dia, Dr. André. Bom dia a todas as pessoas aqui  
295 presentes e outros representantes institucionais. Nós lemos com muito  
296 cuidado a correspondência que foi enviada pela Secretaria de Igualdade  
297 Racial e Direitos Humanos com relação a recomendações que são feitas,  
298 inclusive que a desocupação seja efetuada mediante reintegração de  
299 posse. Então, nós queremos destacar, em primeiro lugar, que a polícia





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

300 deve intervir sim, em caso de esbulho, né? Você tem que evitar que a  
301 situação conflituosa aumente, né? Porque a gente sabe que quando...  
302 toda vez que há uma invasão de propriedade, a primeira coisa que faz é  
303 desmatar a área de reserva legal, né? E isso é um crime ambiental dos  
304 mais sérios, né? Segundo, o próprio governador, em uma reunião à  
305 Faepa, ele citou que ele não iria admitir invasão de propriedade privada,  
306 que a polícia interviria sim, nas primeiras 24 horas, né, para realmente  
307 evitar que a coisa progrida e vá para umas situações ainda mais  
308 conflituosas, que uma intervenção de justiça que é muito morosa para  
309 fazer a reintegração. E quando o proprietário consegue a reintegração, já  
310 tem muitos danos materiais e, muitas vezes, além dos danos materiais,  
311 pessoas feridas, inclusive com riscos à própria vida. Então, nós só  
312 queremos deixar claro que nós não concordamos com essa posição aqui,  
313 estabelecida. Inclusive, vamos encaminhar uma carta ao Sr. Ouvidor,  
314 colocando todas as nossas... os nossos entendimentos que são  
315 fundamentados em preceitos legais. A lei é igual para todos, né? Inclusive  
316 aqui, nós, outro dia, falamos, no caso da desintrusão, que não há o  
317 mesmo cuidado e o mesmo trato no que foi feito lá em Apyterewa,  
318 Ituna/Tatá e outras áreas, né, com relação que são pessoas também,  
319 cidadãos brasileiros, muitos pequenos produtores e que foram tratadas  
320 de forma sem um... que agrediu os direitos dos cidadãos. Era isso que eu  
321 queria colocar. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Quanto ao fato lá da... o  
322 último que a senhora falou, fugiu da nossa comissão. É área federal, é lá  
323 e deve ter tomado todas as providências devidas, obedecendo, inclusive,  
324 o que manda o CNJ. Entendo eu, né? Mas eu não estou aqui para falar  
325 por eles, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Rodrigo  
326 pede a palavra, excelência. DES. PRESIDENTE: Só um minutinho. Eu  
327 vou voltar aqui... Depois [ininteligível] voltar. Eu vou voltar aqui no terceiro,  
328 que nós já temos a resposta, deputado Bordalo, em relação à  
329 Comunidade Portelinha, dada pela juíza. Por favor, doutore. SR. ANDRÉ





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

330 LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Eu estou conversando em  
331 tempo real com a juíza, inclusive, porque ela me informou que está em  
332 compensação de plantão, mas ainda assim, se dispôs a dialogar com a  
333 comissão. E ela está terminando de me passar uma última informação.  
334 Mas a informação que nós temos é a seguinte: não há nenhuma decisão  
335 liminar do juízo da 1ª Vara Cível de Castanhal em face da comunidade,  
336 está certo? A informação que a juíza nos repassou é que há uma ação  
337 possessória movida por essa construtora, de fato, em face dessas  
338 pessoas que estariam ocupando esse local. Mas a juíza teria determinado  
339 a emenda da petição inicial. A última informação que eu estou apenas  
340 obtendo aqui da magistrada é se houve pedido de desistência já dessa  
341 ação por parte da construtora. E aí ela está... ela teria me dito que houve  
342 um pedido de desistência. Estou só confirmando se essa desistência foi,  
343 de fato, nessa ação possessória movida pela construtora em face dos  
344 integrantes da comunidade. Mas acredito que a informação mais  
345 importante que nós precisamos, para a nossa comissão, é a de saber que  
346 não há, até o presente momento, nenhuma ordem judicial oriunda da 1ª  
347 Vara Cível de Castanhal de desocupação desta área, está certo? Então  
348 houve a decisão inicial de emenda da petição inicial. Então, assim que a  
349 juíza me retornar, com precisão, se houve pedido de desistência desta  
350 ação possessória, eu volto a informar os senhores membros da comissão,  
351 está certo? DES. PRESIDENTE: Então nós temos que a situação lá, pelo  
352 que narrou o deputado, pelo que eu lembro... SR. CARLOS ALBERTO  
353 BARROS BORDALO: Não é uma questão [ininteligível]. DES.  
354 PRESIDENTE: É, não, porque a construtora está fazendo na marra a  
355 coisa aí, senhor? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É. O  
356 que está ocorrendo? É um empreendimento volumoso, importante para  
357 Castanhal. As cidades precisam conviver com isto. Mas aqui não se está  
358 discutindo a questão possessória. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
359 GARCIA DA FONSECA: [ininteligível] só para ser bem fiel, e o senhor vai





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

360 continuar. A doutora me informou exatamente isso, que uma vez  
361 determinada a emenda da petição inicial, a construtora teria pleiteado a  
362 desistência dessa ação possessória, está certo? SR. CARLOS ALBERTO  
363 BARROS BORDALO: Perfeito. Então não se está tratando, a comunidade  
364 não está reivindicando e nem se antepondo à construção. O que houve  
365 foi uma medida arbitrária da construtora, cessando vias de ir e vir comuns  
366 utilizadas há décadas pela Comunidade da Portelinha. A Portelinha não  
367 está querendo expulsar o condomínio. O que a Portelinha... E olhe que  
368 eu nem conheço direito. Aliás, se eu tivesse um tempo para visitar, eu iria.  
369 Isso foi nos provocado via rede social; foi uma comitiva lá na Assembleia,  
370 e eu achei por bem que a gente olhasse o caso. Segundo informações,  
371 essa comunidade tinha um caminho de ir e vir costumeiro, já de décadas,  
372 com o negócio, com a construção do condomínio, obstruíram, e ela está  
373 tendo que fazer um desvio de rota para acessar transporte público, que  
374 aumentou em 1 quilômetro a 1,5 quilômetro o caminho. Quer dizer, é um  
375 problema sério porque está se falando de milhares de pessoas. Aqui não  
376 é um problema de uma pessoa, duas, é milhares de pessoas que estão  
377 quase confinadas lá atrás do condomínio. Eu acho que tem que haver  
378 alguma mediação disto, senão aquilo ali vai explodir daqui a pouco, né?  
379 Eu estava conversando o Dr. Mazutti aqui, que às vezes tem bomba, que  
380 se a gente for lá e desativar, evita muitos prejuízos. Muito obrigado. DES.  
381 PRESIDENTE: Eu sugeriria, né, nesse caso aqui, da resposta aí já foi... a  
382 construtora desistiu da ação, né, que a Defensoria Pública, viu doutor, a  
383 Defensoria Pública visitasse essa área para realmente ver. Porque pelo  
384 que o deputado está falando aqui, nós temos uma servidão aí, né? E essa  
385 servidão, ela não pode ser atropelada de qualquer maneira, assim, né? E  
386 as pessoas têm que passar por isso, né? E se a construtora está assim a  
387 fazer, né, nós temos que, logicamente, ter medidas legais para que se  
388 chegue a um denominador comum, como uma... SR. CARLOS ALBERTO  
389 BARROS BORDALO: É mais uma alternativa [ininteligível] DES.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

390 PRESIDENTE: Exatamente. Exatamente. Isso a Defensoria Pública,  
391 através do Dr. Rodrigo. O Dr. Rodrigo, ele é muito atuante nesse assunto,  
392 né? Dr. Rodrigo, o senhor está com a palavra. SR. RODRIGO BEZERRA:  
393 Obrigado, excelência. DES. PRESIDENTE: Para esse assunto agora e  
394 para o posterior, tá? SR. RODRIGO BEZERRA: Vamos seguir a ordem.  
395 Obrigado, doutor. Em relação a essa questão da Portelinha, as  
396 informações que nós temos é que a competência se fixou na 1ª Vara Cível  
397 de Castanhal devido estar no perímetro urbano, tá? Por isso estaria fora.  
398 Por isso eu até agradeço ser objeto de assunto aqui, desta reunião,  
399 deputado, desembargador, e que a gente conseguinte em Ata, realmente,  
400 para que eu envie para a coordenação de Castanhal, que é onde se  
401 encontra a situação, para que a Defensoria Pública tome estas  
402 providências, já que é um problema urbano, tá? Ao que tudo indica, até  
403 este momento, pelo menos. E caso contrário, claro, a gente tem que pedir  
404 a distribuição do feito para Vara Agrária, mas não me parece ser essa a  
405 questão, tá? E, realmente, se houvesse distanciamento maior de 1,5  
406 quilômetro, aproximadamente, como o nobre deputado falou, há a  
407 necessidade da construtora garantir o direito de passagem que lá já  
408 estava há muito tempo pela comunidade, independentemente de  
409 discussão de propriedade, né? Então, independentemente da discussão  
410 estritamente de propriedade há o direito de passagem, até porque a outra  
411 passagem, ela parece ser muito demasiadamente mais penosa do que a  
412 que existia, né? E aí essa em relação à Portelinha, doutor. Em relação à  
413 Fazenda Três Marias, de Parauapebas, o que tem para considerar e que  
414 eu acho que o nobre secretário, quando oficiou dizendo que teria que ser  
415 via reintegração de posse, aí o Dr. Ibrahim(F) me corrija qualquer coisa,  
416 eu acho que ele quis dizer via medida judicial, tá? Por quê?  
417 Porque a ação judicial era de interdito proibitório, tá? Ou seja, a posse  
418 ainda estava com os que alegam ser proprietários. E a o juízo da Vara  
419 Agrária de Marabá, e faço questão de fazer isso na frente do Dr. Mazutti,





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

420 tem uma prudência histórica, é um hábito, digamos assim, da vara, de só  
421 conceder liminares após justificção prévia. Está certo? Então, mesmo  
422 em uma situação como essa, em que a controvérsia era enorme, o calor  
423 das emoções já eram intensos, o que a Vara Agrária costuma fazer, e eu  
424 sou testemunha disso, é marcar a audiência com máxima brevidade. Ele  
425 marca para uma ou duas semanas depois, às vezes a audiência, mas faz  
426 a justificativa... a audiência de justificção. Está certo? Exatamente para  
427 acolher aquilo que o nobre secretário colocou no documento, que é ouvir  
428 as partes; ele ouve as partes e depois decide acerca da liminar. E essa  
429 prudência, certo, é uma característica da Vara Agrária de Marabá. É só  
430 para fazer essas ponderações, doutor. Muito obrigado. DES.  
431 PRESIDENTE: Vamos, então, fazer um ofício para a Defensoria Pública...  
432 Qual é o setor, doutor? SR. RODRIGO BEZERRA: Da coordenação  
433 [ininteligível] Castanhal. DES. PRESIDENTE: Castanhal, tá. Faz esse  
434 ofício para lá. Alguém tem alguma contrária a esse ofício? Não. Então  
435 está aprovada. Vamos encaminhar e pedir urgentes providências da  
436 Defensoria Pública sobre o caso. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
437 BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE:  
438 Oi? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Concordo  
439 [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Isso, pronto. O feedback. Tá. SR.  
440 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Agora quero fazer comentário  
441 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Uhum. SR.  
442 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Eu estive há alguns dias no  
443 sul do Pará, passei cinco dias no sul do Pará, e a coisa que eu percebi é  
444 que se concentra em Parauapebas, nesse momento, uma situação de  
445 epicentro conflitivo, que já estive em outros municípios. Mas há alguma  
446 situação se criando em Parauapebas que tende a se avolumar. Eu não  
447 percebi isso nos outros municípios do sul do Pará. Eu encontrei situações  
448 já estabelecidas que estão sendo devidamente tratadas conforme a  
449 natureza de cada um. Mas eu percebi que, em Parauapebas, há uma





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

450 crescente instabilidade e que, infelizmente, se manifestou nessa tragédia  
451 que foi este acidente que houve ali, que levou a nove vítimas, né? Mas eu  
452 só coloco esse problema: eu acho que a nossa comissão precisava,  
453 talvez, fazer um diagnóstico, com a ajuda da Defensoria, da Vara Agrária,  
454 do pessoal ligado à Comissão de Direitos Humanos da área - Entendeu,  
455 Girolamo(F)? - para gente fazer uma leitura do que está ocorrendo em  
456 Parauapebas e ver que forma nós podemos nos antecipar, tá? Obrigado.  
457 DES. PRESIDENTE: O que eu vejo lá em Parauapebas, viu, doutor, é  
458 crescente e crescente. Eu já fiz parte da área penal, fiz julgamentos como  
459 magistrado, vejo que ali - Viu, deputado Bordalo? – o tóxico... o tóxico  
460 está crescendo lá. Digo por quê? Porque eu também fui o primeiro juiz ali.  
461 Cheguei a ser prefeito em Parauapebas. Foi. Né? E veja bem,  
462 Parauapebas era, na época, foi desmembrada de Marabá, à época era  
463 um município quase tranquilo, mas não tão tranquilo, né? Mas eu fui  
464 primeiro juiz lá. Nós fizemos... Depois veio a Dra. Vitória, que assumiu a  
465 comarca. Eu, quando estava por lá, eu era juiz de Curionópolis, que  
466 abrangia Parauapebas, que também abrangeu depois Canaã de Carajás,  
467 que na época era CDL 1, né? Também abrangeu Água Azul do Norte, né?  
468 Que eu também cheguei a fazer até o plebiscito lá, em Águas do Norte; e  
469 Eldorado de Carajás, né? Então, eu conheço a área há tempos atrás, há  
470 30 anos atrás, só que agora, quando estava no criminal, despachando  
471 como desembargador, eu vi que a coisa tornou-se... É muito raque(F)  
472 para ali, né, é muito tóxico. É uma situação ali... Os nossos políticos, eu  
473 não sei como é que estão lá, fazendo com que... Realmente o senhor tem  
474 razão. Nós temos que tomar alguma, fazer algum diagnóstico ali, para  
475 tomar algumas providências. Como aqui em Belém. Belém nós temos  
476 Icoaraci, o Dr. Ibrahim(F) sabe, a coisa está realmente complicada. Está  
477 muito complicada, muito complicada. Nós temos... Eu recebi uma coisa  
478 da rede social aqui. Não sou muito de rede social, mas essas coisas  
479 mandam para mim. E está ficando um Rio de Janeiro. Vamos e





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

480 convenhamos, não é bom isso, não, para o estado do Pará, para Belém  
481 do Pará, que, inclusive, está com a COP 30 aí. E nós temos, lógico, nós  
482 temos responsabilidade quanto a esse aspecto. Inclusive, eu vou até  
483 conversar com o governador do estado, na primeira oportunidade, para  
484 saber o que nós estamos fazendo em termos policiais, porque ali se ficou  
485 organização criminosa, né? E nós não estamos para conviver com isso  
486 aqui, não. Nem eu e nem ninguém daqui. Então nós temos que... Eu estou  
487 preocupado, muito preocupado com isso. E temos que, logicamente,  
488 tomar providência, não só Paraopeba, aqui Belém também. Belém.  
489 Temos outros municípios também muito... temos Marabá. Marabá está  
490 aqui o Dr. Amarildo, que não deixa mentir, a coisa realmente não está boa  
491 por lá, em termo de segurança, né? Estão ocorrendo muitos furtos, muito  
492 roubos, muitas mortes, né, que isso leva a uma preocupação, não da  
493 comissão, mas de mim, como ser humano e de todos nós, né? Nós não  
494 temos porque estar. Mas eu tenho essa preocupação. SR. CARLOS  
495 ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do microfone].  
496 DES. PRESIDENTE: Pois não? SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
497 BORDALO: [ininteligível] Icoaraci, eu recomendo, doutor, visitar o meu  
498 relatório de 2015. Por isso que eu sou deputado um bocado de tempo. Eu  
499 fui relator de uma CPI na Assembleia chamada CPI das Milícias. Se  
500 visitar aquele relatório, nós vamos ver que alguns territórios que hoje  
501 começam a apresentar esse estão alertadas naquele relatório de 2015. A  
502 milícia de Belém mais importante era aqui no Guamá, aqui ela começa  
503 todo o processo dela. Houve um racha dela aqui e metade dela se muda  
504 para Icoaraci, metade dela; a daqui foi completamente desbaratada  
505 depois daquela tragédia que foi aquela chamada chacina de Belém, você  
506 lembra. Ela foi desbaratada, inclusive- DES. PRESIDENTE: Era aquele  
507 cabo, não era? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É, cabo  
508 Pet, aquela história toda. Inclusive, ela foi completamente presa, os seus  
509 comandantes. Eu fui... eu ando com segurança até hoje por causa disso.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

510 Mas lá a gente já detecta o... DES. PRESIDENTE: A ramificação. SR.  
511 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Em Icoaraci. Depois eu relatei  
512 uma CPI chamada, sobre tráfico humano. Nós identificamos, no  
513 Complexo Penitenciário de Americano, uma modalidade de tráfico  
514 humano que vinha sabe de onde? De uma chamada Baixada Fluminense.  
515 Sabe definir Baixada Fluminense? Icoaraci. Então, realmente o senhor  
516 está constatando um dado importantíssimo: Icoaraci pode estar sendo,  
517 neste momento, o novo Guamá. E Marabá, nós já detectamos, à época,  
518 que como elas estavam sendo desmanteladas em Belém, elas  
519 começavam a se instalar, e Marabá era uma das áreas que a gente já  
520 indicava lá. Relatório CPI das Milícias 2015, doutor. Obrigado. DES.  
521 PRESIDENTE: Me mande. Me mande para cá. SR. CARLOS ALBERTO  
522 BARROS BORDALO: Vou enviar uma cópia para o senhor. DES.  
523 PRESIDENTE: Pois não? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
524 Sr. Presidente, registro a presença do Dr. Antônio Pimentel, representante  
525 da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. SRA. ELIANA:  
526 Qual que é a questão dessa violência no campo, dos crimes que estão  
527 realmente crescendo de forma assustadora, essa semana nós tínhamos  
528 reunido com os presidentes de sindicatos, onde realmente municípios que  
529 estão tendo assim, maior ameaças e ocorrências de invasão, né? Então  
530 nós estamos muito preocupados porque invasões que ano passado você  
531 tinha uma ou duas, esse ano nós temos já computadas, oficialmente, 16,  
532 né? Tem umas que foram... teve ameaça, nem se computou, mas que  
533 chegou a iniciar e foram sustadas, 16 invasões. E eles têm relatado,  
534 inclusive, denúncias e fatos concretos, já com áreas já programadas para  
535 serem invadidas, né? Estão fazendo aliciamento de pessoas, cobrando  
536 taxa de R\$ 75,00 por pessoas para fazer a ocupação, né? Isso é muito  
537 preocupante, porque nesses conflitos você pode ter até risco de vida às  
538 pessoas humanas, né, violências. E essas coisas realmente precisam ser  
539 evitadas. Questão de reforma agrária, você tem um órgão para poder





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

540 solicitar e se conduzir a questão, né? E se ficar assim, de forma  
541 indiscriminada, se não for... se realmente tiver algum freio nesses  
542 movimentos, a coisa só vai crescer, exacerbar e vamos ter muitos  
543 problemas de naturezas conflituosas, e até graves. Era essa que eu  
544 queria falar. DES. PRESIDENTE: Eu queria dar uma sugestão à Faepa.  
545 Eu queria dar uma sugestão para a Faepa para encaminhar essas... aqui,  
546 para a comissão, né, encaminhar esses possíveis, não invasões, mas  
547 possíveis ocupações, né, para nós, logicamente, termos algum *feedback*  
548 e tomar qualquer tipo de providência em relação a isso, né? Que nós  
549 estamos aqui, aqui, nesta comissão, com toda a sociedade civil reunida,  
550 tanto de um lado quanto de outro, né? Então nós temos que ver... É  
551 preocupante? É. Agora, o mais preocupante também é essas milícias que  
552 estão aparecendo. Doutora, não está fácil. Não está fácil. Muito bem, o  
553 senhor falou em Marabá., Marabá eu lhe confesso uma coisa, Marabá  
554 me... Não é que o Dr. Mazutti esteja aqui, mas Marabá está preocupante  
555 também. Marabá, a milícia cresceu de uma tal maneira, e digo isso porque  
556 também trabalhei na área penal lá, e vejo que a milícia ali em Marabá está  
557 quase sem controle, né? Muitos policiais militares envolvidos, inclusive da  
558 ativa, né? Eu tenho conhecimento de que até tem oficial envolvido. E é  
559 preocupante, é preocupante, sim. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
560 BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE:  
561 Exatamente. Exatamente. Quando a gente vê isso, quando a milícia toma-  
562 - SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora  
563 do microfone]. DES. PRESIDENTE: --a milícia toma conta, aí depois  
564 querem colocar também tudo nos movimentos sociais. E às vezes os  
565 movimentos sociais não têm nenhuma ingerência quanto a isso, eles são  
566 cooptados a fazer isso para poder depois... Eles estão cobrando, gente,  
567 estão cobrando pedágio para passar em uma área para dar isso, aquilo e  
568 aquilo outro. Quer dizer, nós estamos em uma espécie de Rio de Janeiro.  
569 Então nós temos... A minha preocupação é grande. Vou conversar com o





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

570 governador, na primeira oportunidade. Se não tiver oportunidade, após o  
571 recesso, eu vou conversar com ele para nós termos um *feedback* disso  
572 aí. Queria, inclusive, contar com a colaboração do Dr. Jarbas  
573 Vasconcelos, do deputado Bordalo, do pessoal da Faepa, do pessoal  
574 também, viu, Doutor, da... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
575 Fetagri. DES. PRESIDENTE: Da sociedade que o senhor [ininteligível],  
576 da Fetagri, né? Para nós fazermos, direitos humanos, nós fazermos uma  
577 corrente para que a gente chegue a um denominador comum. Não  
578 podemos nunca chegar, mas nunca chegar ao que está acontecendo no  
579 Rio de Janeiro. Está doido. Doutor, fique à vontade. SR. LAÉRCIO DOS  
580 SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Antônio agora. SR. ANTÔNIO ALBERTO  
581 PIMENTEL: Bom dia, excelência. Bom dia a todos e todas presentes.  
582 Primeiramente, eu gostaria de pedir desculpa, excelência, pelo atraso que  
583 eu estava vindo, eu tive um problema, um pequeno acidente nos ali na  
584 via, e antes de vir para cá, inclusive, tinha que deixar o carro na oficina.  
585 Sorte que aqui próximo aí, para depois vir para cá. Mas em relação a  
586 essa questão, a esse tema, ele é um tema, excelência, que ele tem me  
587 preocupado muito atualmente, sabe? Porque nós temos acompanhado  
588 nessas situações de conflitos que existe, que também é um processo  
589 histórico, né, por uma ausência, podemos assim dizer, no nosso Estado  
590 Brasileiro, de uma reforma agrária, de uma democratização do espaço,  
591 do solo rural e urbano, eu diria assim. Só que eu tenho observado que no  
592 período recente, essas situações de conflitos, elas também tem sido  
593 palcos para muitos oportunistas, não é? E esses oportunistas, o mais  
594 grave que eu observo e mais problemático é justamente em relação à  
595 presença do crime organizado, tá? Seja através das milícias, não é, ou  
596 através mesmo das facções, né, que passam a disputar esses controles  
597 de territórios, né? E nesse processo a gente verifica que sempre as  
598 pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade são os mais  
599 vitimizados nesse processo, não é? Então, as comunidades, elas se





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

600 sentem muito vulneráveis nesse processo, porque às vezes elas estão ali,  
601 são várias famílias, às vezes em uma situação de um conflito, né,  
602 buscando às vezes um direito legítimo, que é um direito de moradia, de  
603 acesso à terra, né, criar condições dignas para as suas famílias, etc. E,  
604 ao mesmo tempo, a gente observa, viu, deputado Bordalo, isso parece  
605 assim, ser um elemento meio que novo para nós, que lidamos nessa  
606 seara, até muito difícil de lidar, porque a comunidade, às vezes ali, eles  
607 têm muito temor desses grupos, né? Porque são grupos que eles não são  
608 igual aqueles pistoleiros de antigamente, não. Eles são grupos que eles  
609 estão fortemente armados; o armamento mínimo que eles tem é  
610 metralhadora, sabe? É uma coisa muito difícil de lidar. E às vezes a  
611 própria comunidade não sabe como lidar nesses processos, né? Então é  
612 uma questão que eu trago aqui também, mais como uma preocupação,  
613 que acredito que a gente precisa ter uma... acredito, medidas muito bem  
614 articuladas no âmbito do setor público, né, de todas as esferas, para saber  
615 como pensar ações efetivas nesse sentido, né? Principalmente buscando  
616 garantir e preservar aqueles que estão em situação de mais  
617 vulnerabilidade. DES. PRESIDENTE: Eu sugiro, inclusive, né, sugiro aqui  
618 agora, à comissão, que encaminhemos um ofício, logicamente, antes de  
619 eu conversar com o governador, sobre esse assunto. Tem razão. Me  
620 preocupa. A história realmente é essa, não é outra, não. O poder público  
621 do estado deixa um espaço, acho eu, não por querer, mas é um espaço  
622 que ele tem que tomar conta, tem que tomar conta, eu vejo assim. Eu  
623 sugiro o encaminhamento explicando o que a comissão está a dizer sobre  
624 esse aspecto, né, ao governador, solicitando, inclusive, providências  
625 quanto a isso. Tem alguém ao contrário? Se não tiver, está aprovado.  
626 Vamos fazer um ofício. Eu mesmo quero fazer esse ofício, tá? SR.  
627 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Pois não. DES. PRESIDENTE:  
628 **ITEM 05.** Então vamos passar ao item quinto, aqui é o pedido de  
629 providências que foi encaminhado pela Vara Agrária de Altamira





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

630 solicitando gestão junto ao Incra acerca de determinações constantes em  
631 três processos... um processo, um processo só. Trata-se de ofício e termo  
632 de audiência anexado, que houve uma audiência, e o Dr. Antônio Vilar  
633 pediu providência da comissão. E nós tomamos as seguintes  
634 providências: encaminhamento ao Incra de Marabá... Imagine o que veio  
635 já, sem resposta. Nós encaminhamos também à Procuradoria Federal,  
636 solicitou oferta de maior prazo para a parte... ofertar conclusiva a resposta  
637 e a essa comissão e ao juiz de trâmite no processo judicial. Está pedindo  
638 mais prazo, né? Isso a Procuradoria Federal. E o encaminhamento ao  
639 Incra Brasília... Só me colocaram como protocolo. Então aí não tem  
640 resposta. Quer dizer, eu tive, recentemente, falo dois meses atrás, em  
641 uma reunião com o Incra Brasília, e eles diziam para mim o seguinte:  
642 "Olha, não encaminha mais nada para Belém, não encaminha mais nada  
643 para Marabá, não encaminha mais nada para pra Altamira, não  
644 encaminha mais nada para... encaminha tudo para cá, para Brasília". E  
645 [ininteligível] só me fez o protocolo e nada mais. Quer dizer, vejam bem,  
646 quando eu falo, aí as pessoas dizem: "Não, está funcionando?". Não está,  
647 gente. Não se dá nem ao luxo de vir aqui, dar satisfação; e quando vai,  
648 promete e não faz, tá? Veja bem, eu não sei o que a comissão poderia...  
649 Agora, aí eu jogo para a comissão esse assunto.  
650 O Inca não está funcionando; diferentemente do Iterpa. O Incra não está  
651 funcionando, ele está criando embaraços à reforma agrária, está criando  
652 embaraços a tudo que se fala em terras. Aí ficam me dizendo: "Não, é  
653 porque está faltando gente, muita gente se aposentou". O que é que eu  
654 tenho com isso? O Incra tem que funcionar. Informar que está sem  
655 funcionário, que está isso, sem aquilo, e daí? Tanto o agricultor quanto o  
656 ocupante quanto os proprietários de terra não têm nada a ver com isso.  
657 Aí, quando vem, só cria embaraço, "Olha, tem que ir para a Justiça  
658 Federal". Aí me faz lembrar um processo que o Dr. Mazutti me falou ainda  
659 agora. Passaram 20 anos... Vinte anos, não foi isso, doutor? SR.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

660 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É 2003, agora [ininteligível]. DES.  
661 PRESIDENTE: Aí, depois que fizeram tudo aquilo lá, não fizeram  
662 absolutamente nada, devolveram para a Vara Agrária agora. O que a Vara  
663 Agrária vai fazer? Como se o Judiciário Estadual fosse culpado disso.  
664 Não, é o Inbra. Então veja bem, gente, qual a providências que nós  
665 devemos tomar em relação à entidade Inbra? Eu, sinceramente, eu iria  
666 sugerir a extinção do Inbra para qualquer outra entidade que funcionasse.  
667 Porque, meu Deus do céu, desde quando eu assumi o Dr. Girolamo sabe  
668 disso, desde quando eu assumi a Ouvidoria Agrária, eu venho  
669 reclamando do Inbra, reclamando do Inbra e nada, nenhum  
670 posicionamento é tomado pelo Inbra. Ou seja, uma entidade crucial para  
671 resolução dos problemas. Porque, se não me falha a memória, 75% são  
672 uma... SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É federal. DES.  
673 PRESIDENTE: É federal. Se ele não funciona, nós não podemos  
674 funcionar condignamente. O senhor está com a palavra, sugira alguma  
675 coisa. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Dr. Mairton,  
676 colegas... DES. PRESIDENTE: Só para o senhor ter uma ideia. Todos os  
677 dias eu estou cobrando de Marabá, estou cobrando também do Inbra  
678 Nacional. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Perfeito. Eu  
679 acho que estão se esgotando, doutor, as possibilidades de interlocução  
680 com Inbra, e também com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A  
681 situação está terrível em todos os Inbras, em todos. Eu sugeriria que nós  
682 enviássemos um expediente à Presidência da República, à Casa Civil da  
683 Presidência e à Secretaria Geral da Presidência, pedindo providências.  
684 Pedindo providências, porque eu mesmo tive, o senhor sabe, com o Dr.  
685 Jarbas, Ibrahim(F) estava na reunião, para tratarmos daquela questão da  
686 Divino Pai Eterno. Graças a Deus aquele caso ganhou uma repercussão  
687 boa, e está sendo encaminhado. Até o senhor foi lá, parece. DES.  
688 PRESIDENTE: Não, mas o CNJ foi. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
689 BORDALO: O CNJ foi? A presidente Rosa Weber parece que foi lá. DES.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

690 PRESIDENTE: Não, foi a doutora... SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
691 BORDALO: Carmen Lúcia? DES. PRESIDENTE: A Dra. Fabiane, é  
692 assessora hoje do Dr. Barroso. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
693 BORDALO: Pois é, foram lá. Mas na reunião que tivemos com o ministro  
694 sobre isso, ele levantou todas essas dificuldades. Eu estou achando muito  
695 demorada as providências, muito, demoradas até demais. E, pelo que eu  
696 tenho de informações nacionais, isso não é um problema do Pará, parece  
697 que é nacional. O Governo Federal tem que dizer o que ele quer do Inca  
698 ou não. Se ele quer extinguir o Inca, que extinga logo, mas que crie um  
699 ambiente que a gente possa... A minha sugestão é que podemos mandar  
700 expediente para a pasta natural aqui, mas parece que nós temos que dar  
701 uma provocada, do ponto de vista... O Pará não é qualquer estado, o Pará  
702 o mau estado da Amazônia, o Pará concentra a maioria das situações  
703 delicadas, e nós precisamos o Pará ser olhado pela União. E esse é um  
704 dos aspectos também com a importância que ele tem do ponto de vista  
705 nacional para isso. Muito obrigado, doutor. DES. PRESIDENTE: Dr.  
706 Girolamo. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Doutor, eu vou  
707 pedir para me retirar, que o senhor sabe que daqui a pouco eu tenho que  
708 coordenar uma importante... e eu tenho que assinar muita coisa, mas eu  
709 deixo. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Dr. Girolamo. SR.  
710 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Bom dia para todos e todas. Se  
711 deputado tivesse mais trinta segundos. Eu entendo a posição que Vossa  
712 Excelência adotou, mas também eu entendo, quem acompanha a  
713 trajetória do Inca, que foi um órgão sucateado ao longo de décadas e, de  
714 maneira especial no governo anterior ao atual. Isso não é nenhuma  
715 desculpa, porque já passaram 11 meses e 15 dias. Portanto, dizer que foi  
716 desfeito, foi... não cola mais. Eu só gostaria de entender qual foi o  
717 interlocutor dentro do Inca, levando em consideração que hoje temos  
718 dois espaços de interlocução, seja dentro do próprio Inca, a comissão  
719 especial que acompanha os conflitos, seja dentro do MDA, a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

720 reconstituição da Ouvidoria, que tinha sido extinta no governo anterior.  
721 Acho que esses dois espaços, se ainda não foram alcançados pelos  
722 pedidos desta comissão, valeria a pena serem ouvidos, ou pelo menos  
723 interpelados. Isso não significa, deputado, que ir para uma instância  
724 superior fique prejudicado. De maneira alguma. Mas eu acho que ir para  
725 instância superior sem esgotar as possibilidades das instâncias inferiores,  
726 cria alguma dificuldade. DES. PRESIDENTE: Deixa eu só fazer uma  
727 colocação para o senhor. Eu tive... a reunião que eu tive foi com o diretor  
728 da Câmara Agrária do Incra, e olhe, ele me colocou tanta coisa boa do  
729 Incra Brasília, e até agora... SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
730 BORDALO: Pode ser doutor, viu, Girolamo, que parte dessa dificuldade  
731 em baixo se deva à ausência de providência de cima, e os de baixo não  
732 estão conseguindo furar a bolha. Às vezes a gente precisa vir de cima pra  
733 baixo, nesse sentido, para resolver o que está de impasse embaixo. Eu  
734 conheço as pessoas que estão no MDA, no Incra, são pessoas  
735 maravilhosas, de encaminhamento, mas eu também sei como funciona  
736 os governos. A cabeça do governo está no PAC, está em outras coisas,  
737 não está em questão agrária, entendeu? Por isso que eu não quero que  
738 esgote o diálogo com a área natural, mas acho que talvez, se a gente  
739 provoca em cima, a gente ajude a de baixo crescer. Obrigado. SR.  
740 ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR: Doutor, indo apenas na  
741 esteira do que o deputado falou, tem um velho ditado que diz: caldo de  
742 galinha e prudência não fazem mal a ninguém. Então, como a gente vive  
743 num estado em que os conflitos iminentes se multiplicam, eu acho que a  
744 cautela leva, sim, a gente tomar a providência que o nobre deputado falou.  
745 Porque se em algum momento a coisa vier a eclodir, e é bem possível  
746 que venha a eclodir com algum envolvimento da União, nós estaremos,  
747 de certa forma, acautelados de dizer: providências que foram requeridas  
748 e não foram tomadas. Certo? Cito somente um exemplo nosso. No início  
749 do ano eu tive reunião com o Dr. Reginaldo, que é o nosso





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

750 superintendente da região de Marabá e sudeste do Pará, uma pessoa até  
751 muito atenciosa, educada e tal, e que um dos problemas que ele relatou  
752 era a falta estrutural, era o déficit de servidores e que teriam um TAC com  
753 o MPF, e que esse TAC impediria a cessão de servidores pelo estado e  
754 municípios. Eu peguei e disse: Traga esse TAC para mim, eu vou dialogar  
755 com o MPF. A gente pode tentar contornar isso e permitir essa sessão,  
756 sim. O TAC nunca foi levado para mim. Então, sequer eu tenho como  
757 ajudar diante dessa situação, é só um exemplo. E era o que tinha a falar.  
758 Obrigado. DES. PRESIDENTE: Eu confesso aos senhores, viu, Dr.  
759 Antônio Vilar, a gente fica... Por isso que eu pedi solução de vocês para  
760 nós... A ideia do deputado Bordalo, ela é muito boa, nós encaminhamos  
761 ofício às entidades para ver se efetivamente a gente tem... Porque, vejam  
762 bem, eu falo agora diretamente aos juízes agrários, sem o Incra nós não  
763 podemos decidir com tranquilidade a coisa, porque com ele, com ele já  
764 existe essa disparidade. Ele, hoje, diz que é uma coisa, amanhã diz que  
765 é outra, né? Aí, já com ele é assim, que dirá sem ele, né? Muito bem  
766 colocado pelo Dr. André, esse tipo de colocação. Então vamos ver. É o  
767 que ele diz: vamos balançar lá em cima para ver se aqui embaixo nós  
768 temos uma resposta plausível, né? Porque até então, desde quando eu  
769 assumi a Ouvidoria, tinha resposta há 15 anos que não era feita. E olhe,  
770 Dr. Girolamo, até 1990, pelo que eu sei, o Incra era um primor. Era um  
771 primor. De lá para cá, meu Deus do céu, virou um caos, um caos social.  
772 É sério. É caos social isso porque... Como era o nome do homem que  
773 tomava conta lá do... Não era o Delmiro, não, é antes do Delmiro Santos.  
774 Era o senhor que tomava conta do cadastro do Incra. Era uma coisa... o  
775 camarada tinha tudo na cabeça. Eu não me lembro mais o nome dele; já  
776 faleceu até. Mas, infelizmente, é isso. E nós estamos, doutor, ainda  
777 esperando. E eu coloco em votação o ofício para encaminhamento para  
778 as entidades sugeridas pelo deputado Bordalo. SR. LAÉRCIO DOS  
779 SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Antônio pede a palavra, excelência. DES.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

780 PRESIDENTE: Pois não, Dr. Antônio? SR. ANTÔNIO ALBERTO  
781 PIMENTEL: Excelência, eu acho que as duas sugestões, eu acho que  
782 elas não são assim, excludentes, né? Inclusive, eu ia sugerir que fosse  
783 encaminhado os dois expedientes. Nessa questão específica, não é, fazer  
784 um pedido à Ouvidoria Agrária Nacional que possa tomar algum tipo de  
785 providência em relação a esses expedientes feitos pela Vara Agrária de  
786 Altamira, né? E em relação a essa questão que foi pontuada sobre a  
787 política geral do Incra, esse processo de sucateamento, essa eu acho que  
788 caberia também um expediente da Ouvidoria informando essas  
789 reclamações, que não é só desse caso específico, mas também tem de  
790 outras e outros casos e outras situações, cobrando quais são as medidas  
791 que estão sendo adotadas a nível do Governo Federal para o  
792 fortalecimento do órgão e as medidas para que seja agilizada as políticas  
793 de agrária para a solução desses conflitos que existem no estado do Pará.  
794 DES. PRESIDENTE: Vejo que uma não anula a outra. É, isso. DES.  
795 PRESIDENTE: Nós temos condições até de mandar as duas, se for o  
796 caso, né, mas com mais profundidade a sugerida pelo deputado Bordalo,  
797 que se nós não tomarmos uma providência de cima para baixo, não vai  
798 sair nada. A gente está ficando... e cobra, e cobra, e cobra, e nada, né?  
799 SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
800 Desembargador, salvo engano, quando nós debatemos a questão da  
801 Divino Pai Eterno aqui, foi sugerida a possibilidade de se marcar uma  
802 reunião, uma audiência. DES. PRESIDENTE: Eu marquei e fiz. SR.  
803 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Pronto. E talvez  
804 seria importante até, né, desembargador? Não, eu acho que era com o  
805 ministro, com o ministro de Estado responsável por essa pasta do MDA.  
806 Acho que foi sugerido isso aqui. Talvez, de repente, nesse expediente que  
807 Vossa Excelência encaminhe, né? DES. PRESIDENTE: [ininteligível]  
808 desse expediente [ininteligível] presidente da Câmara. [ininteligível] foi  
809 esse. [falas sobrepostas] SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

810 Foi designado o... SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
811 FONSECA: Ah, foi designado esse? Ah, entendi, entendi. Talvez nessa  
812 reiteração que nós vamos fazer agora, nesse expediente que o deputado  
813 Bordalo sugeriu, já que com o encaminhamento desta autoridade não foi  
814 solucionada a questão, talvez que a reunião fosse com o ministro, com o  
815 senhor e com o ministro, entendeu? Para, eventualmente, tentar uma  
816 medida mais prática para se buscar uma alternativa. DES. PRESIDENTE:  
817 Isso. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Girolamo pede a  
818 palavra. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Sim, é só para dar  
819 nome, porque de vez em quando vão dar o nome as pessoas  
820 responsáveis, né? Eu acho que além do caso concreto que está sendo  
821 objeto desta intervenção, valeria a pena se a Secretaria da Ouvidoria  
822 colocasse algumas outras situações, como por exemplo, Divino Pai  
823 Eterno e outras e outras que já [interrupção no áudio] portanto, todos  
824 aqueles que têm condições institucionais de atender nossos apelos  
825 deveriam ser acionados. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem.  
826 Coloco em votação as duas propostas. Alguém contra? SR. LAÉRCIO  
827 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Ibrahim(F) pediu a palavra,  
828 excelência. DES. PRESIDENTE: Pois não, doutor? SR. IBRAHIM(F): Eu  
829 só queria reiterar que é importante, claro, ir para os ministros, mas  
830 também ir noticiando esses pedidos aos ministros da Casa Civil, da  
831 Presidência da República. DES. PRESIDENTE: Presidência, sim, sim.  
832 SR. IBRAHIM(F): Tá. DES. PRESIDENTE: Foi sugerido pelo deputado  
833 Bordalo. As duas propostas estão em votação. Então está aprovada a  
834 unanimidade. Então vamos fazer os dois ofícios, uma série de ofícios, tá?  
835 **ITEM 06**. Gente, nós estamos aqui no sexto item, que é no que ocorrer,  
836 resposta 14ª Vara Cível e Empresarial acerca do levantamento  
837 socioeconômico das ocupantes do imóvel ocupado pelas mulheres do  
838 Movimento Olga Benário. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:  
839 Foi requerido pelo deputado Bordalo na última reunião. DES.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

840 PRESIDENTE: Sugerido pelo deputado Bordalo. Aqui, eu quero dizer os  
841 senhores o seguinte, que eu encaminhei um ofício para a Dra. Marielma,  
842 essa reintegração de posse foi suspensa pela Dra. Luana, né? E a Dra.  
843 Marielma, que foi que concedeu a medida liminar... Primeiro, aqui nós não  
844 vamos tratar desse assunto, entendo eu, porque esse assunto não é  
845 coletivo, né, então não faz parte. Mas veio para nossa comissão e nós  
846 tomamos a seguinte providência, e veio a resposta da Dra. Marielma  
847 dizendo o seguinte: "Quanto ao que prevê a Resolução nº 10, de 17 de  
848 outubro, referente ao levantamento socioeconômico dos ocupantes do  
849 imóvel e das benfeitorias realizadas no local, tenho a informar que futuro  
850 indenização pelas benfeitorias será declarada na sentença, conforme  
851 consignado na decisão edital(F). Não tendo esse juízo se pronunciado  
852 sobre levantamento perfil socioeconômico das mulheres que estão no  
853 local, pois em que pese que a desocupação deva se realizar com menor  
854 impacto social aos ocupantes, o imóvel objeto da discussão foi objeto por  
855 pessoas que alegam ser representantes do Movimento de Mulheres Olga  
856 Benário, que reivindica o uso do imóvel, abrigando provisoriamente  
857 mulheres no local. Por fim, esclareço que, em cumprimento à decisão  
858 proferida pela relatora, que é a desembargadora Luana, do agravo de  
859 instrumento pelo demandado, foi determinado o recolhimento do  
860 mandado de reintegração de posse até decisão final". Entre outras coisas,  
861 a Dra. Marielma solicita que a comissão faça parte... SR. LAÉRCIO DOS  
862 SANTOS ROSA JUNIOR: Soluções Fundiárias. DES. PRESIDENTE: É,  
863 Soluções Fundiárias faça parte... só podemos fazer parte se for uma  
864 espécie de movimento. São duas mulheres, apenas, que ocuparam o  
865 imóvel, estão colocando outras pessoas lá. Mas entendo eu [interrupção  
866 no áudio]. Mas alguma coisa no que ocorreu? Como não tem, eu vou aqui  
867 ofertar uma data para os senhores, para nós fazermos a próxima nossa  
868 reunião: 9 de fevereiro de 2023(sic), está bom? ORADOR NÃO  
869 IDENTIFICADO: Está ótimo. DES. PRESIDENTE: Está Ótimo? Está





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

870 bom? SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Eu estarei dando aula,  
871 mas acredito... DES. PRESIDENTE: Hã? SR. GIROLAMO DOMENICO  
872 TRECCANI: Eu estarei dando aula, mas acredito que o meu titular possa  
873 vir. DES. PRESIDENTE: Então está bom. Então vamos marcar dia 9 de  
874 fevereiro 2023(sic), todo mundo já está [ininteligível], mas mesmo assim,  
875 mande ofício, está bom? Então, gente, como não há mais nada, eu vou  
876 entrar em uma outra reunião agora, agora com a Comissão de Soluções  
877 Fundiárias, né, eu desejo aos senhores todos um Feliz Natal e um ano  
878 venturoso, maravilhoso. E que nós não temos que ter tanto problema com  
879 o Incra no próximo ano. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI:  
880 [ininteligível] prometi os nomes das pessoas indicadas no "zap" do grupo  
881 para ajudar. DES. PRESIDENTE: Então muito obrigado a todos, tá?  
882 *Assim, eu, Alessandra Trindade Ribeiro Lauande, auxiliar judiciária, lavrei*  
883 *a presente ATA*////////////////////////////////////.

884

885

886

887

888

889

**Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de  
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
Grilagem – CPMEAQLG.

